



Depto. de
Administração

PREGÃO ELETRÔNICO - RETIFICADO

07/2.024

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

OBJETO

FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, COZINHA COMUNITÁRIA E FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE E CAFÉ EM PÓ E AÇUCAR REFINADO E CRISTAL PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, POR 03 MESES, CONFORME ANEXO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 213.027,03 (DUZENTOS E TREZE MIL, VINTE E SETE REAIS E TRÊS CENTAVOS)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:00 horas do dia 10/04/2.024 até as 09:00 horas do dia 23/04/2.024.

FIM DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS: às 17:00 horas do dia 18/04/2.024.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/04/2.024 às 09:05 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM PARA COTA RESERVADA



/prefeituramunicipaldeespiritosantodopinhal

Av. Hélio Vergueiro Leite, S/Nº - Jardim Universitário - Centro Administrativo
CEP 13990-000 - Espírito Santo do Pinhal - SP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2024

Processo Administrativo nº .3.985/2.024

Torna-se público que o Município de Espírito Santo do Pinhal - SP, por meio do Departamento de Administração, sediado a Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/nº - BLOCO G - SALA 39, Jardim Universitário, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº, 5.698 de 01 de junho de 2.023, do Decreto Municipal nº 5.699 de 1º junho de 2023, do Decreto Municipal nº 5.780 de 29 de dezembro de 2023, do Decreto Municipal nº 5.779 de 29 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é o **OBJETIVANDO FORNECIMENTO O PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, COZINHA COMUNITÁRIA E FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE E CAFÉ EM PÓ E EM GRÃOS E AÇUCAR REFINADO E CRISTAL PARA DIVERSOS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, POR 03 MESES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização, sendo de responsabilidade do participante o cadastro prévio do sistema eletrônico.

2.2 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no BLL, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3 - As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: contato@bll.org.br.

2.4 - É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.4.1 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



2.4.2 - Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.4.3 - Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.4.4 - Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e,

2.4.5 - Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.5 - Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente, que comprovarem eficazmente o cumprimento dos requisitos deste Edital.

2.6 - O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Espírito Santo do Pinhal/SP por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.7 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.8 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.9 - Para os **itens 02, 11, 35, 43 e 46**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.9.1 - As empresas que não estão enquadradas como Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014 poderão oferecer preços para os itens da tabela "ITENS RESERVADOS" porque, caso algum item desta COTA não for adquirido de empresas enquadradas, os mesmos serão adquiridos das empresas que não estão no enquadramento.

2.9.2 - A obtenção do benefício a que se refere o item 2.9 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados



extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.10 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.11 - Não poderão disputar esta licitação:

2.11.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.11.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com a chefe do Poder Executivo ou com qualquer agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8 - Agente Público do Município de Espírito Santo do Pinhal;

2.11.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.11.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



2.11.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do Município de Espírito Santo do Pinhal, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.12 - O impedimento de que trata o item 2.11.4 - será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14 - O disposto nos itens 2.11.1 e 2.11.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15 - A vedação de que trata o item 2.11.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1 - O critério de julgamento deste Edital é o **Menor Preço por item.**

3.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

3.3.1 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.4 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



3.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8 - Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

3.9 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.9.1 - O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.9.2 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

3.10 - O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; e, ainda, a condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

4.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

4.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 4.3 - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 4.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 4.7 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 4.8 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.9 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.10 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 4.11 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.12 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá **ser de no mínimo R\$ 0,01 (um centavo de real)**.
- 4.13 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 4.14 - O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 4.15 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 4.16 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



- 4.17** - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.18** - No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 4.19** - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.20** - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.21** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 4.22** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.23** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 4.24** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 4.25** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.26** - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.27** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



4.28 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

4.29 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

4.30 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.31 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.32 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

4.32.1 - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo a classificação;

4.32.2 - A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.32.3 - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal nº 11.430/2023.

4.32.4 - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade.

4.33 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.33.1 - Empresas estabelecidas no Estado de São Paulo.

4.33.2 - Empresas brasileiras;

4.33.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.33.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



4.34 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

4.35 - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

4.36 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

4.37 - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

4.38 - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

4.39 - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

4.40 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5 - DA FASE DE JULGAMENTO

5.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1 - Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

5.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>)

5.1.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



5.1.4 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

5.3 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.4 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1 - Contiver vícios insanáveis;

5.4.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

5.4.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5 - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.5 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.6 - A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.7 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.8.1 - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.



5.8.2 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

5.8.3 - O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.4 - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2 - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.3 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.3.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.3.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.4 - Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



6.5 - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.6 - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.7 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, porém deve ser apresentadas as certidões mesmo que haja restrição.

6.8 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor municipal, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet;

6.9 - A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à apresentação do original ao Pregoeiro e equipe, para a devida autenticação ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

6.10 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar no 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.11 - A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO SERÁ EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA (O NÃO ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA ACARRETERÁ NA INABILITAÇÃO DA EMPRESA).

6.12 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

6.13 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.14 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

6.15 - Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente de menor preço



(verificando-se a Lei Complementar 123/06 e suas alterações posteriores), negociará com o seu autor, nas mesmas condições e prazos, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente aos requisitos, caso em que será declarado vencedor.

6.16 - Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação no Subitem abaixo:

6.17 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.17.1 - Documentos Aceitos:

6.17.1.1 - Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.17.1.2 - Microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.17.1.3 - Sociedade comercial: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com as alterações contratuais, se houver ou da consolidação;

6.17.1.4 - Sociedade civil: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com as alterações contratuais, se houver ou da consolidação e prova da diretoria em exercício.

6.17.1.5 - Sociedade por Ações: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com as alterações contratuais, se houver ou da consolidação e documentos comprobatórios da eleição de seus administradores;

6.17.1.6 - Empresa ou Sociedade Estrangeira: Decreto de autorização de funcionamento no país.

6.18 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.18.1 - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), atualizada, emitido pelo Ministério da Fazenda conforme Instrução Normativa RFB no 1.634 de 06 de maio de 2016 da Secretaria da Receita Federal.

6.18.2 - Prova de Inscrição Municipal.

6.18.3 - Prova de Inscrição Estadual.



6.18.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão conjunta emitida relativa à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

6.18.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda ou equivalente da unidade da federação onde a licitante tem sua sede. Se for o Estado de São Paulo deverá ser apresentada a Certidão de Regularidade de Débitos Inscritos na Dívida Ativa.

6.18.6 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente onde a licitante tem sua sede.

6.18.7 - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

6.18.8 - Prova de regularidade relativa à justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em atendimento ao exposto na Lei Federal 12.440/11.

6.19 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

6.19.1 - Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida pela Internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias corridos. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expressa no próprio documento;

6.19.1.1 - Nos casos de participação de empresa em recuperação judicial, deverá ser apresentado juntamente com a Certidão de Recuperação Judicial atestado emitido pelo juízo em que tramita o procedimento da recuperação judicial, certificando que a empresa está apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento de um futuro contrato com a Administração, levando em consideração o objeto a ser licitado.

6.19.1.2 - Caberá ao licitante obter a Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, de acordo com as disposições normativas do respectivo Estado da Federação da sede da pessoa jurídica.

6.20 - OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.20.1 - Declaração Conjuntiva, nos termos do anexo III deste Certame.

6.21 - DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

6.21.1.1 - A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45) deverá ser comprovada mediante apresentação de documentos, sendo obrigatório para o MEI a apresentação do



Comprovante de opção pelo Simples Nacional obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, emitida por um período de até 90 (noventa) dias, salvo previsão de prazo diverso em lei ou em norma infralegal.

6.21.1.2 - Deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal e trabalhista, por ocasião do certame, mesmo que apresente restrição.

6.21.1.3 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.21.1.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA

7.1 - Será exigida a apresentação de amostra, do licitante classificado em primeiro lugar e deverá apresentá-la conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.2 - As amostras podem ser avaliadas por todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.3 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.4 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



8.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº Federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.3 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: portal BLL e e-mail: compras@pinhal.sp.gov.br.

8.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

8.5 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

9.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 - O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 15 (quinze) minutos.

9.3.3 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema e/ou via e-mail.

9.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,



nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 - Fica franqueada vista aos autos do processo a todos os interessados.

10 - A FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

10.1 - A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos arts. 115 a 123 da Lei Federal nº14.133/21, bem como pelo Decreto Municipal nº 5.779 de 29 de dezembro de 2023.

10.2 - O contrato administrativo a ser firmado entre a Prefeitura Municipal e a licitante vencedora, obedecerá à minuta sob Anexo V, dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.

10.3 - A desistência do órgão ou entidade promotora da licitação de contratar com a licitante mais bem classificada não lhe confere o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

10.4 - Por motivo técnico e havendo recurso orçamentário, bem como atendidas as demais exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/01, a Administração Municipal poderá aditar o contrato, mantidas as condições da proposta inicial.

10.5 - A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da Contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

10.6 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou



providência que ultrapasse sua competência, nos termos definidos no Decreto Municipal nº 5.699 de 1º de junho de 2023.

11 - DO REGISTRO POR APOSTILA

11.1 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, unilateralmente pela Administração, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

11.1.1 - Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

11.1.2 - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

11.1.3 - Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

11.1.4 - Alteração do Empenho de dotações orçamentárias.

12 - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

12.1 - Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

12.1.1 - Unilateralmente pela Administração:

12.1.1.1 - Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos, desde que não transfigure o objeto da contratação;

12.1.1.2 - Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, desde que este não se transfigure.

12.1.1.3 - O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços.

12.1.2 - Por acordo entre as partes:

12.1.2.1 - Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

12.1.2.2 - Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

12.1.2.3 - Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação



do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

12.1.2.4 - Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

12.1.3 - Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão a apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

12.1.4 - A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

12.1.5 - Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

12.1.6 - Antes de prorrogar o prazo de vigência do contrato em termo aditivo, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13 - DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS

13.1.1 - As contratações serão fiscalizadas e controladas pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 5.699 de 1º de junho de 2023.

14 - DA PUBLICIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1 - A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia da contratação e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.



14.2 - Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados no prazo estabelecido no subitem anterior, sob pena de nulidade.

15 - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1 - A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

15.2 - O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do art. 107 e 131, parágrafo único, da Lei nº Federal 14.133/21.

16 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 - O pagamento será efetuado conforme quantitativo apresentado pelo fiscal e após a apresentação da nota fiscal em confronto com o empenhado e deve estar devidamente atestada pelo setor competente.

16.2 - Após confirmada a execução do objeto, a Administração contratante terá prazo de até 30 (trinta) dias para realizar o pagamento, contados da data de entrega da nota fiscal pela contratada, devidamente acompanhada dos boletins de medição aferidos pela contratada e atestados pelo (a) fiscal de contrato.

16.3 - A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do Pregão.

16.4 - Do valor apurado pela nota fiscal serão retidos os tributos a que competem a titularidade e/ou administração pela Administração Municipal, tais como ISS, IRRF e outros que assim tiverem fato gerador.

17 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155, e seguintes da Lei Federal 14.133/21:

17.1.1 - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - Dar causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



17.1.5 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.1.8 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.1.9 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.1.12 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens anteriores, as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.3 - DAS PENALIDADES

17.3.1 - Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções:

17.3.2 - ADVERTÊNCIA

17.3.2.1 - A advertência será aplicada exclusivamente nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução do contrato, nos termos do art. 156, §1º, e art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

17.3.3 - MULTA

17.3.3.1 - Pelo atraso injustificado na execução do serviço, será aplicada multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.

17.3.3.2 - Pelo atraso injustificado na execução do serviço superior a 30 (trinta) dias, contados do termo de ordem de serviço, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, em substituição ao item anterior desde o primeiro dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato.



17.3.3.3 - Pelo descumprimento injustificado de quaisquer das outras cláusulas contratuais que não aquelas relacionadas ao atraso na execução do serviço, será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato.

17.3.3.4 - A multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções.

17.3.3.5 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada nos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, inclusive de eventual garantia prestada, ou cobrada judicialmente.

17.3.3.6 - Da aplicação de qualquer multa será a CONTRATADA intimada para recolhê-la aos cofres do CONTRATANTE no prazo de trinta dias úteis.

17.3.3.7 - O montante de multas aplicadas à CONTRATADA não poderá ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, nos termos do art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3.4 - IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

17.3.4.1 - Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura de Espírito Santo do Pinhal pelo prazo de até um ano, aplicada pelo (a) Prefeito (a) Municipal, nos termos do art. 156, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3.5 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR

17.3.5.1 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito (a) Municipal, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir à Prefeitura pelos prejuízos resultantes da infração e depois de decorrido o prazo de um ano, facultada a defesa da contratada no prazo de dez dias da abertura de visto, nos termos do art. 156, §5º e §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3.5.2 - As sanções de suspensão temporária e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de cinco dias úteis.

17.3.5.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

17.3.5.4 - Os montantes pecuniários derivados da aplicação das multas e demais sanções contratuais serão atualizadas monetariamente pelo IPCA vigente, ou outro índice que venha a substituir, bem como a incidência de juros de mora de 0,5% sobre o montante total devido.

17.4 - Na aplicação das sanções serão considerados:



17.4.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida.

17.4.2 - As peculiaridades do caso concreto

17.4.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.4.4 - Os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.4.5 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.5 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

17.6 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis que serão nomeados o, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.7 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.8 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.9 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.10 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18 - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:



18.1.1 - Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

18.1.2 - Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

18.1.3 - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

18.1.4 - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

18.1.5 - Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados impeditivos da execução do contrato;

18.1.6 - Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

18.1.7 - Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

18.1.8 - Razões de interesse público, justificadas pela Chefe do Poder Executivo Municipal.

18.1.9 - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.2 - DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.2.1 - A extinção do contrato poderá ser:

18.2.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

18.2.1.2 - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

18.2.1.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.2.1.4 - A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.3 - DO DIREITO DE RESCISÃO PELO CONTRATADO



18.3.1 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

18.3.1.1 - Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei Federal nº 14.133/2021;

18.3.1.2 - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

18.3.1.3 - Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

18.3.1.4 - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

18.3.1.5 - Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.3.2 - As hipóteses de extinção a que se referem os subitens 18.3.1.2, 18.3.1.3 e 18.3.1.4 observarão as seguintes disposições:

18.3.2.1 - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

18.3.2.2 - Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.4 - DOS EFEITOS DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.4.1 - CULPA EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO: Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

18.4.1.1 - Devolução da garantia;

18.4.1.2 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;



18.4.1.3 - Pagamento do custo da desmobilização, se for o caso.

18.4.2 - DETERMINADA UNILATERALMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO: A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, as seguintes consequências:

18.4.2.1 - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

18.4.2.2 - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

18.4.2.3 - Execução da garantia contratual para:

18.4.2.3.1 - Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

18.4.2.3.2 - Pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

18.4.2.3.3 - Pagamento das multas devidas à Administração Pública;

18.4.2.3.4 - Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

18.4.2.4 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

18.4.3 - A aplicação das primeiras duas medidas previstas ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

18.4.4 - Na hipótese da segunda medida o ato deverá ser precedido de autorização expressa do Diretor responsável, conforme o caso.

18.4.5 - Caso a proponente vencedora da licitação não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que aquela licitante ou contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

19 - DA NULIDADE CONTRATUAL



19.1 - Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos:

19.1.1 - Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

19.1.2 - Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;

19.1.3 - Motivação social e ambiental do contrato;

19.1.4 - Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

19.1.5 - Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

19.1.6 - Despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

19.1.7 - Medidas efetivamente adotadas pelo Município de Espírito Santo do Pinhal para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

19.1.8 - Custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;

19.1.9 - Fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;

19.1.10 - Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato;

19.1.11 - Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

19.2 - Caso a paralisação ou anulação não se revele medida de interesse público, o poder público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.

19.3 - A declaração de nulidade do contrato administrativo requererá análise prévia do interesse público envolvido, na forma do art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021, e operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

19.4 - Caso não seja possível o retorno à situação fática anterior, a nulidade será resolvida pela indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e aplicação das penalidades cabíveis.

19.5 - A nulidade não exonerará a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por



outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

19.6 - Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa

19.7 - DA MODULAÇÃO DE EFEITOS NA DECLARAÇÃO DE NULIDADE CONTRATUAL

19.7.1 - Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha eficácia em momento futuro, suficiente para efetuar nova contratação, por prazo de até 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

20.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará automaticamente o direito à contratação.

20.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Administração.

20.8 - Os prazos definidos em Edital serão sempre contados em dias corridos, exceto nos casos em que se mencionar dias úteis



20.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.pinhal.sp.gov.br.

20.12 - Os decretos municipais mencionados neste Edital estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.pinhal.sp.gov.br/legislacao/categoria/5/decretos-municipais/>

20.13 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta;

ANEXO III - Declaração Conjuntiva;

ANEXO IV - Cronogramas de Entrega;

ANEXO V - Minuta do Termo de Contrato; e

ANEXO VI - Termo de Ciência e Notificação.

Espírito Santo do Pinhal, 09 de abril de 2024.

LÍVIA MARIA COIMBRA NOVAES RIBEIRO DA CUNHA
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024 - PROCESSO Nº 3.985/2024

1. OBJETO:

AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS POR 03 (TRÊS) MESES, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

1.1 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

2. JUSTIFICATIVA:

ELABORAÇÃO DE REFEIÇÕES À MERENDA ESCOLAR, COZINHA COMUNITÁRIA, DOAÇÃO, ATRAVÉS DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE, ÀS FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO E CAFÉ AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

QUANTIDADES PARA OS MESES DE ABRIL A JUNHO/2.024.

DESCRIÇÃO DOS ITENS COM VALORES REFERENCIAIS.

COTA RESERVADA PARA ME/EPP (ATÉ 25%)

ITEM	QUANT	UND	PRODUTO	Valor Unit referencial	Valor Total
2	5550	KGS	ARROZ AGULHINHA TIPO I, DE 1ª QUALIDADE EM PCT DE 5KG.	R\$ 4,36	R\$ 24.198,00
11	130	KGS	CHOCOLATE EM PÓ INSTANTÂNEO 32% CACAU DE 1ª QUALIDADE EM PCT DE 1 A 2 KGS	R\$ 32,00	R\$ 4.160,00
35	1330	UND	MOLHO DE TOMATE SACHÊ DE 300 A 350 GRAMAS	R\$ 2,80	R\$ 3.724,00
43	46	KGS	TEMPERO INSTANTÂNEO CALDO DE GALINHA, DE 1ª QUALIDADE, PCT DE 1 KG	R\$ 11,00	R\$ 506,00
46	2175	UND	ÓLEO DE SOJA REFINADO TIPO I, EM PET DE 900 ML	R\$ 9,50	R\$ 20.662,50
TOTAL ESTIMADO DA COTA RESERVADA					R\$ 53.250,50



COTA PRINCIPAL (PARA TODOS OS INTERESSADOS)

ITEM	QUANT	UND	PRODUTO	Valor Unit referencial	Valor Total
1	189	KGS	AMIDO DE MILHO DE 1ª QUALIDADE, EM PCT DE 500 GRS A 1 KG	R\$ 9,80	R\$ 1.852,20
3	6	KGS	AVEIA EM FLOCOS GROSSO EMBALAGEM DE 500 GRS	R\$ 8,40	R\$ 50,40
4	61	KGS	AÇUCAR CRISTAL DE 1ª QUALIDADE EM PACOTE DE 1 KG	R\$ 4,50	R\$ 274,50
5	660	KGS	AÇUCAR CRISTAL DE 1ª QUALIDADE EM PACOTE DE 5 KG	R\$ 5,95	R\$ 3.927,00
6	2.678	KGS	AÇUCAR REFINADO DE 1ª QUALIDADE, PCT 01 KGS.	R\$ 4,80	R\$ 12.854,40
7	175	KGS	BISCOITO TIPO MAISENA DE 1ª QUALIDADE EM PACOTE DE 200 A 500 GRS	R\$ 17,50	R\$ 3.062,50
8	12	KGS	BISCOITO TIPO ÁGUA E SAL EM PACOTES DE 200GRS A 1 KG	R\$ 8,18	R\$ 98,16
9	399	KGS	CAFÉ EM PÓ TORRADO E MOIDO EM PACOTES DE 500GRS	R\$ 28,00	R\$ 11.172,00
10	9	UND	CHANTILLY EM EMBALAGEM DE 200 ML	R\$ 5,80	R\$ 52,20
12	9,00	KGS	COLORAU EM PACOTES DE 500 GRS A 1 KG	R\$ 7,94	R\$ 71,46
13	30,00	UND	CREME DE LEITE EM EMBALAGEM DE 200 GRS	R\$ 2,82	R\$ 84,60
14	36	UND	ERVILHA EM CONSERVA LATA DE NO MÍNIMO 1,7 KG	R\$ 19,09	R\$ 687,24
15	200	UND	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO DE 1ª QUALIDADE EM EMBALAGEM DE 1 A 1,100 KGS	R\$ 12,99	R\$ 2.598,00
16	50	KGS	FARINHA DE MILHO AMARELA DE 1ª QUALIDADE, EM PACOTE DE 500GRS A 1 KG	R\$ 6,90	R\$ 345,00
17	900	KGS	FARINHA DE TRIGO TIPO I DE 1ª QUALIDADE, FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO EM EMBALAGEM DE 1 KG.	R\$ 5,00	R\$ 4.500,00
18	7.550	KGS	FARINHA DE TRIGO TIPO I DE 1ª QUALIDADE, FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO EM SACOS DE PAPEL DE 25KGS.	R\$ 4,80	R\$ 36.240,00
19	200	UND	FARINHA LÁCTEA ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS EM LATA DE 400 GRAMAS	R\$ 15,89	R\$ 3.178,00
20	1.230	KGS	FEIJÃO TIPO CARIOCA DE 1ª QUALIDADE EM PCT DE 500 GRS A 1 KG	R\$ 6,38	R\$ 7.847,40
21	162	UND	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ DE 1ª QUALIDADE, EM LATA DE 250GRS	R\$ 9,60	R\$ 1.555,20
22	950	KGS	FUBÁ MIMOSO DE 1ª QUALIDADE EM PACOTE DE 500 GRS A 1 KG	R\$ 3,50	R\$ 3.325,00
23	270	KGS	GELATINA EM PÓ DE 1ª QUALIDADE, SABORES ARTIFICIAIS DE MORANGO, FRAMBOESA E CEREJA, EM PCT DE 1 KG	R\$ 19,60	R\$ 5.292,00



24	36	UND	LEITE CONDENSADO DE 1ª QUALIDADE EM EMBALAGEM DE 395 GRS	R\$ 4,94	R\$ 177,84
25	630	KGS	LEITE EM PÓ INTEGRAL E INSTANTÂNEO ENRIQUECIDO DE VITAMINAS, DE 1ª QUALIDADE, PCT DE 1 KG	R\$ 45,85	R\$ 28.885,50
26	340	UND	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA DE 1ª QUALIDADE EM EMBALAGEM TETRA PAK DE 1 LITRO	R\$ 4,56	R\$ 1.550,40
27	15	UND	MAIONESE DE 1ª QUALIDADE EM EMBALAGEM DE 2 KGS	R\$ 13,80	R\$ 207,00
28	639	KGS	MARGARINA VEGETAL S/ SAL DE 1ª QUALIDADE, EM POTES DE 500GRS	R\$ 14,99	R\$ 9.578,61
29	30	KGS	MASSA ALIMENTÍCIA, DE SEMOLA COM OVOS, TIPO PADRE NOSSO DE 1ª QUALIDADE, EM PCT DE 500 GRS	R\$ 3,66	R\$ 109,80
30	30	KGS	MASSA ALIMENTÍCIA, DE SEMOLA COM OVOS, TIPO SPAGHETTI, DE 1ª QUALIDADE EM PCT DE 500GRS	R\$ 3,66	R\$ 109,80
31	200	KGS	MASSA ALIMENTÍCIA, DE SEMOLA COM OVOS, TIPO AVE MARIA, DE 1ª QUALIDADE EM PCT DE 500GRS	R\$ 5,60	R\$ 1.120,00
32	930	KGS	MASSA ALIMENTÍCIA, DE SEMOLA COM OVOS, TIPO PARAFUSO DE 1ª QUALIDADE, EM PCT DE 500GRS	R\$ 5,20	R\$ 4.836,00
33	15	KGS	MILHO DE PIPOCA DE 1ª QUALIDADE, EM EMBALAGEM DE 500GRS	R\$ 7,82	R\$ 117,30
34	40	UND	MILHO VERDE EM CONSERVA, DE 1ª QUALIDADE EM LATA DE 1,70 A 2KGS	R\$ 21,85	R\$ 874,00
36	40	UND	MOLHO DE TOMATE REFOGADO DE 1ª QUALIDADE EM EMBALAGEM DE 3 A 4,1 KGS	R\$ 18,44	R\$ 737,60
37	140	KGS	ORÉGANO EM EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	R\$ 9,50	R\$ 1.330,00
38	60	UND	QUEIJO TIPO PARMESÃO RALADO EM EMBALAGEM DE 100 GRS	R\$ 4,99	R\$ 299,40
39	212	KGS	ROSQUINHA SABOR LEITE DE 1ª QUALIDADE EM PCT DE 400GRS A 1 KG	R\$ 18,50	R\$ 3.922,00
40	1.371	KGS	SAL REFINADO, IODADO TIPO I, DE 1ª QUALIDADE EM PCT DE 1 KG	R\$ 1,98	R\$ 2.714,58
41	540	UND	SELETA DE LEGUMES DE 1ª QUALIDADE, SACHÊ DE 260 GRAMAS	R\$ 5,20	R\$ 2.808,00
42	90	PCT	SUCO EM PÓ ARTIFICIAL PARA REFRESCO DE 1ª QUALIDADE COM VITAMINAS E SAIS MINERAIS PACOTE DE 01 KG SABORES LARANJA, UVA E CAJÚ	R\$ 7,36	R\$ 662,40
44	36	UND	VINAGRE DE MAÇÃ DE 1ª QUALIDADE FRASCO DE 750 ML	R\$ 4,14	R\$ 149,04
45	100	UND	VINAGRE DE VINHO BRANCO FRASCO DE 750 ML	R\$ 5,20	R\$ 520,00
TOTAL ESTIMADO DA COTA PRINCIPAL					R\$ 159.776,53



TOTAL ESTIMADO DA COTA RESERVADA + COTA PRINCIPAL
--

R\$213.027,03

LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO

Os produtos e as notas fiscais eletrônicas referentes a este Pregão Eletrônico deverão ser entregues, nas datas e quantidades que serão descritas no Anexo IV (CRONOGRAMAS DE ENTREGA) que também constará no Termo de Contrato, no Prédio da Merenda Escolar, localizada na Rua Waldomiro José Barbosa s/nº – Jardim das Rosas; na Cozinha Comunitária, localizado na rua Ricardo Rossatti nº. 150 – Vila São Pedro, no Fundo Social de Solidariedade, localizado na Av Washington Luiz nº. 275 – Jardim das Rosas, no Centro Administrativo Municipal, localizado na Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/nº Jardim Universitário I – Bloco G e no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Rua Pinheiro Machado nº. 135 - Centro - Espírito Santo do Pinhal - SP - CEP 13.990-000. Tel (19) 3651-9699, até as 10:00 horas, por conta e risco da licitante as despesas, com fretes, seguros, carga, descarga, EPI dos funcionários.

PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, conforme descrito no Edital.

PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO

O objeto fornecido será fiscalizado na sua entrega por representantes da Administração, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

DAS FICHAS TÉCNICAS E AMOSTRAS

- Encerrada a sessão do pregão, a(s) licitante(s) melhor(es) classificada(s) e habilitada(s), terá(ão) 05 (cinco) dias úteis para a entrega de 01 (UMA) **amostras de todos os itens** e suas documentações técnicas devidamente assinadas constando o nome do responsável pela sua informação, junto ao Setor de Merenda Escolar, localizado à Rua Waldomiro José Barbosa, s/nº – Jardim das Rosas, até 17 horas visando à análise da documentação técnica e amostras dos produtos. As amostras serão analisadas pela Nutricionista Mayara Carolina Orsini – CRN/3-42672.

- As amostras deverão ser identificadas uma a uma, com etiqueta e nela contendo:



- Razão social, endereço, CNPJ. Modalidade e número da licitação. Número do item. Bem como endereçado ao Setor de Alimentação Escolar do Município de Espírito Santo do Pinhal.

- A amostra do material deverá ser apresentado na embalagem no qual o produto será entregue, INCLUSIVE MARCA, de acordo com aquela apresentada na proposta de preços vencedora, sob pena de desclassificação caso haja divergência, aquelas que estiverem em desacordo com as especificações constantes do presente edital terão sua cotação desclassificadas. Não serão aceitas amostras para análise por analogia. A não apresentação do solicitado implicará na automática desclassificação.

- Serão analisados além do exigido por este Edital deste pregão, os seguintes critérios:

- Embalagem (resistência, qualidade do rótulo), qualidade, rendimento e aproveitamento. Os produtos serão classificados, ou não, quanto ao rendimento, à textura, aparência, sabor e odor, conforme Resolução CD nº 38 de 16/07/2009.

- A análise das amostras, em decisão fundamental pela Nutricionista Responsável pelo Setor de Alimentação Escolar do município de Espírito Santo do Pinhal, fará parte integrante do presente Certame.

- Informar marcas cotadas e conteúdos exatos das embalagens (peso líquido) e os itens cotados, deverão seguir a mesma ordem do Termo de Referência, bem como as especificações exigidas (peso, embalagem, etc.)

- A conferência das especificações solicitadas será feita em comparação com as Informações Nutricionais constantes deste Anexo I.

- IMPORTANTE: DEVERÁ SER COTADA APENAS UMA MARCA PARA CADA ITEM, NÃO SENDO PERMITIDA A SUA SUBSTITUIÇÃO DURANTE O CONTRATO DE FORNECIMENTO.

DAS EMBALAGENS:

Na entrega, os produtos deverão ser entregues em embalagem primária original do estabelecimento produtor.

Será considerada imprópria e será recusada a embalagem defeituosa ou inadequada, que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração.

DA ROTULAGEM:

Os produtos deverão ser rotulados de acordo com legislação vigente.



Os rótulos deverão estar de acordo com legislação vigente, e os rótulos da embalagem deverão constar, de forma clara e indelével as seguintes informações: Identificação do fabricante, Identificação do produto, inclusive a marca e nome o produto, prazo de validade, número do lote e peso do produto por embalagem.

PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, conforme descrito no Edital.

PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO

O objeto fornecido será fiscalizado na sua entrega por representantes da Administração, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS

AÇÚCAR REFINADO

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: o produto deverá ser de 1ª qualidade, de origem vegetal contendo somente sacarose de cana-de-açúcar. O produto deverá ser fabricado de açúcar isento de fermentações, de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais, vegetais, ou minerais.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 1 kg do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente. Embalagem secundária original, reforçada, lacrada e devidamente rotulada conforme legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

AMIDO DE MILHO

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: amido de milho. Deverá ser fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa, parasitos. Ingredientes 100% naturais.

EMBALAGEM: embalagem primária com peso líquido de 500 g a 1 kg, devidamente rotulada conforme legislação vigente.

Embalagem secundária original, reforçada, lacrada e devidamente rotulada conforme legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.



ARROZ AGULHINHA, TIPO 1, POLIDO

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: arroz agulhinha polido, beneficiado, limpo, deverá apresentar grãos perfeitos e são. Classe longo fino – tipo 1.

Tolerância de até 0,1% de matéria estranha ou impurezas, ausência de grãos mofados, ardidos, parasitas e sinais de ataque de insetos; não ter odor estranho de qualquer natureza, impróprio do produto ou que seja prejudicial (pesticidas), tolerância máxima de 2% de grãos brancos gessados ou verdes e 0,5% de quireras.

EMBALAGEM: embalagem primária de saco de polietileno transparente atóxico, resistente, contendo 5 kg do produto, devidamente rotulado conforme a legislação vigente e reembalado em fardo de polietileno transparente atóxico, resistente ao transporte e armazenamento, contendo 30 kg, do produto.

CARACTERÍSTICAS GERAIS: coloração dos grãos uniforme e característica, cheiro e sabor próprios.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

BOLACHA ÁGUA E SAL

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor e apresentar boa qualidade sensorial (sabor agradável, consistência, cor e odor característicos).

INGREDIENTES BÁSICOS: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal e fermento químico.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 200 a 500 gramas do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente e embalagem secundária em caixa de papelão original, lacrada, reforçada, resistente ao transporte e armazenamento.

VALIDADE: o produto deverá ter validade de no mínimo 6 meses da data de entrega do produto.

BOLACHA TIPO MAISENA

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor e apresentar boa qualidade sensorial (sabor agradável, consistência, cor e odor característicos).

INGREDIENTES BÁSICOS: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar e fermento químico.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 200 a 500 gramas do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente e embalagem secundária em caixa de papelão original, lacrada, reforçada, resistente ao transporte e armazenamento.

VALIDADE: o produto deverá ter validade mínima de 6 meses da data de entrega do produto.



BOLACHA ROSQUINHA SABOR LEITE

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor e apresentar boa qualidade sensorial (sabor agradável, consistência, cor e odor característicos).

INGREDIENTES BÁSICOS: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar e fermento químico.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 400 g a 1 kg do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente e embalagem secundária em caixa de papelão original, lacrada, reforçada, resistente ao transporte e armazenamento.

VALIDADE: o produto deverá ter validade de no mínimo 6 meses da data de entrega do produto.

CHOCOLATE EM PÓ 32 % CACAU

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES BÁSICOS: açúcar e cacau 32 %.

REQUISITOS: o produto deverá ser de 1ª qualidade, com ingredientes sãos, limpos, ter boa solubilidade, fluidez, sabor agradável e característico de chocolate quando batido no leite.

EMBALAGEM: embalagem primária com peso líquido de 1 kg. Embalagem secundária de caixa de papelão, original, lacrada, reforçada, de modo a garantir resistência a danos durante o transporte e armazenamento. As embalagens devem ser rotuladas de acordo com legislação vigente. **VALIDADE:** validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega do produto.

EXTRATO DE TOMATE

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: tomate, açúcar e sal. Não contém glúten. Deverá ser preparado com tomates maduros de 1ª qualidade, escolhidos, sãos, sem pele e sementes. O produto deverá estar isento de fermentações e não indicar processamento defeituoso.

Características Organolépticas:

Aspecto - massa mole, porém consistente;

Cor - vermelha;

Cheiro - próprio;

Sabor - próprio

EMBALAGEM: embalagem primária em tetra pack de 1 a 1,100 kgs. Embalagem secundária de caixas de papelão reforçada, resistentes ao transporte e armazenamento. As embalagens devem estar devidamente rotuladas de acordo com a legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

FARINHA DE MILHO AMARELA

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.



INGREDIENTES: farinha de milho amarela, com floco íntegros. O produto deverá ser obtido pela torração do grão de milho, desgerminado, previamente macerado, socado e peneirado. Não poderão estar rançosos ou úmidos; livre de sujidades, materiais terrosos, parasitos e larvas.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 0,5 ou 1,0 Kg do produto, lacrada, devidamente rotulado conforme legislação vigente. Embalagem secundária original, reforçada, lacrada e devidamente rotulada conforme legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 05 meses a partir da data de entrega do produto.

FARINHA DE TRIGO TIPO I – SACO DE PAPEL 25 KG / PACOTE DE 1KG

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: farinha de trigo tipo I, enriquecida com ferro e ácido fólico. O produto deverá ser obtido pela moagem de grãos selecionados, limpos, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação, desgerminado, com uma extração máxima de 20%. O produto não poderá estar úmido, fermentado, nem rançoso.

Características Organolépticas:

Aspecto - pó fino

Cor - branca

Cheiro - próprio

Sabor - próprio

Características Físicas e Químicas:

Umidade máxima de 15% p/p

Acidez máxima de 2% p/p

Gluten seco: mínimo 6,0% p/p

EMBALAGEM: embalagem primária de sacos de papel vegetal em dupla camada atóxico contendo 25 kg do produto e também em pacotes plásticos contendo 1 kg do produto. Deverá ser rotulada de acordo com legislação vigente. **VALIDADE:** validade mínima de 110 dias, a partir da data de entrega do produto.

FARINHA LÁCTEA

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor e apresentar boa qualidade sensorial (cor, sabor e odor característicos).

INGREDIENTES: o produto deverá ter como composição básica farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, vitaminas e minerais. Aparência do produto formado por pequenos flocos amarelos.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 350 a 400 g do produto. Deverá ser rotulada de acordo com legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

FEIJÃO CARIOQUINHA, GRUPO I - COMUM, CLASSE CORES, TIPO1

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.



INGREDIENTES: feijão de 1ª qualidade, constituído de grãos inteiros e sadios, e correspondentes à variedade no tamanho e cor, maduros, limpos e secos, isento de sujeiras, pedras, grãos germinados, ardidos, carunchados ou mofados ou outros elementos não pertencentes ao produto: substâncias nocivas à saúde (agrotóxicos), parasitas e insetos. Umidade máxima de 15%.

EMBALAGEM: embalagem primária de sacos de polietileno transparente atóxico, resistente, devidamente rotulado conforme legislação vigente, com peso líquido de 1 kg do produto. Embalagem secundária de fardo de polietileno atóxico, transparente, resistente, contendo até 30 pacotes do produto. Devera ser rotulado de acordo com legislação vigente.

Características Gerais:

Cor - coloração dos grãos uniforme e característica de grãos novos (marrom claro)

Cheiro - próprio.

Sabor – próprio.

VALIDADE: validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega do produto.

FERMENTO QUÍMICO

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES BÁSICOS: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato mono cálcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio.

Características Organolépticas:

Aspecto - próprio

Cor - própria

Cheiro - próprio

Sabor - próprio

EMBALAGEM: embalagem primária de 250 gramas do produto, devidamente rotulada conforme legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

FUBÁ

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: fubá de milho, enriquecido com ferro e ácido fólico. Deverá ser obtido pela moagem de grãos sadios de milho amarelo, limpo, isento de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmido, mofado, com parasitas, fermentado ou rançoso. Ingredientes 100% naturais, deve ter odor, cor e textura característicos.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 0,5 kg ou 1 kg do produto, devidamente lacrada e rotulada de acordo com legislação vigente. Embalagem secundária original, reforçada, lacrada e devidamente rotulada conforme legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 5 meses a partir da data de entrega do produto.

GELATINA, SABORES ARTIFICIAIS DE MORANGO, FRAMBOESA E CEREJA.

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.



INGREDIENTES: deverá ser obtido basicamente da mistura de açúcar, gelatina, sal, acidulante, aromatizante e corante. Deve apresentar aspecto uniforme, cor e sabor característico. Quando feita de acordo com as instruções da embalagem, deve apresentar consistência característica de gelatina.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 1 kg do produto, rotulada de acordo com legislação vigente, embalagem secundária original, reforçada, contendo 10 a 12 kg do produto, devidamente lacrada e rotulada conforme a legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

LEITE EM PÓ INTEGRAL E INSTANTÂNEO ENRIQUECIDO DE VITAMINAS

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor, ter registro ativo no serviço de inspeção sanitária do órgão competente e apresentar boa qualidade sensorial (cor, sabor e odor característicos).

INGREDIENTES: leite em pó integral instantâneo, contendo vitaminas. Não contém glúten. A matéria-prima deverá ser de 1ª qualidade, com alta diluição, pó fino uniforme sem grumos de cor branco amarelada. Não conter substâncias estranhas macro e microscopicamente visíveis, de fácil preparo e apresentar fluidez características do leite, sabor agradável, não rançoso, semelhante ao leite líquido.

EMBALAGEM: embalagem primária hermeticamente fechada, devidamente rotulada conforme legislação vigente, contendo 400 g a 1 kg do produto, embalagem secundária reforçada, devidamente lacrada e rotulada.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

MARGARINA VEGETAL - SEM SAL

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor, ter registro ativo no serviço de inspeção sanitária do órgão competente.

INGREDIENTES: o produto deverá ser obtido através de matéria-prima de boa qualidade e produzida e embalada dentro dos padrões que determina a legislação vigente, oriunda de óleo vegetal comestível. Apresentar como composição básica: Óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, leite e/ou soro de leite em pó, sem glúten. Ter no mínimo 60% de lipídios, e 0% de gorduras trans.

EMBALAGEM: embalagem primária de potes devidamente tampados, contendo 500 gramas, rotulada conforme a legislação vigente e embalagem secundária de caixa de papelão reforçada contendo de 10 a 12 potes.

VALIDADE: validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega do produto.

MASSAS ALIMENTÍCIAS DE SÊMOLA COM OVOS (tipos Ave Maria, Conchinha, Parafuso, Padre Nosso, Espaguete e Penne)

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor e apresentar boa qualidade sensorial (sabor agradável, consistência, cor e odor característicos).



INGREDIENTES BÁSICOS: sêmola de trigo enriquecido com ferro e ácido fólico, ovos, corantes naturais cúrcuma e urucum. As massas deverão ser fabricadas a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa e de parasitos. A cor deve ser característica, consistência, sabor e aroma depois de cozido também característicos, sem empapar ou quebrar.

EMBALAGEM: embalagem primária de sacos de polietileno transparente, atóxico, com conteúdo líquido de 500 gramas, devidamente lacrado e reembalado em fardos reforçados, com peso entre 5 a 10 kg. A embalagem deverá ser rotulada de acordo com legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

MILHO VERDE EM CONSERVA

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES BÁSICOS: milho verde e água. Não contém glúten.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 1,7 a 2 kg de peso drenado, devidamente rotulado, de acordo com legislação vigente. Embalagem secundária de caixa de papelão rotulada, resistente e lacrada.

VALIDADE: o produto deverá ter validade de no mínimo 12 meses da data de entrega do produto.

MOLHO DE TOMATE - LATA (3 a 3,5 kg)

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES BÁSICOS: tomate, sal e temperos. O produto deve ser pronto para o consumo, necessitando apenas aquecimento e apresentar boa qualidade sensorial (sabor agradável, consistência, cor e odor característicos).

EMBALAGEM: embalagem primária em lata contendo 3 a 3,5 kg do produto. Embalagem secundária de caixas de papelão reforçada, resistentes ao transporte e armazenamento. As embalagens devem estar devidamente rotuladas de acordo com a legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses a partir da entrega do produto.

MOLHO DE TOMATE – SACHÊ (250 a 350 g)

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES BÁSICOS: tomate, sal e temperos. O produto deve ser pronto para o consumo, necessitando apenas aquecimento e apresentar boa qualidade sensorial (sabor agradável, consistência, cor e odor característicos).

EMBALAGEM: embalagem primária em sachê contendo 250 g a 350 g do produto. Embalagem secundária de caixas de papelão reforçada, resistentes ao transporte e armazenamento. As embalagens devem estar devidamente rotuladas de acordo com a legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses a partir da entrega do produto.



ÓLEO DE SOJA REFINADO TIPO I

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: o produto deverá ser 100% óleo de soja refinado e isento de conservantes químicos, exceto antioxidantes.

A matéria prima deverá ser de 1ª qualidade, refinado dentro dos padrões de qualidade para obtenção de óleo claro, sem cheiro, límpido e livre de impurezas.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 900 ml, rotulada de acordo com legislação vigente, e reembalados em caixa de papelão reforçada, devidamente rotulada e lacrada.

VALIDADE: validade mínima de 6 meses, a partir da data de entrega do produto.

ORÉGANO – PACOTE DE 200 GRAMAS

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor. **INGREDIENTES:** orégano seco, livre de impurezas e parasitos. **EMBALAGEM:** embalagem primária contendo 200 gramas do produto, devidamente rotulado, de acordo com legislação vigente.

VALIDADE: o produto deverá ter validade de no mínimo 10 meses da data de entrega do produto.

SAL REFINADO IODADO

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor e apresentar boa qualidade sensorial (cor, sabor e odor característicos).

INGREDIENTES: sal refinado (cloreto de sódio) e iodato de potássio.

Deve ser lavado conforme a ABNT, apresentar-se sob a forma de cristais brancos, granulacão uniforme, fina, própria à respectiva classificação, devendo ser inodoro a ter sabor próprio. Estar isento de sujidade, micro-organismos patogênicos e outras impurezas que indiquem emprego de uma tecnologia inadequada.

EMBALAGEM: embalagem primaria contendo 1 kg do produto, rotulado conforme legislação vigente, reembalado em fardos reforçados, contendo até 30 kg.

VALIDADE: validade mínima de 15 meses, a partir da data de entrega do produto.

SARDINHA EM ÓLEO COMESTÍVEL

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: sardinha, óleo comestível e sal.

As conservas de pescado deverão ser preparadas com pescados submetidos a prévia inspeção sanitária e apresentar-se em boas condições de higiene. O produto não deverá ter cheiro ardido ou rançoso.

Características Organolépticas:

Cor - própria.

Aspecto - próprio



Sabor - próprio

EMBALAGEM: embalagem primária de latas recravatadas, devidamente rotulada de acordo com legislação vigente. A embalagem não deverá apresentar ferrugem, estar amassada ou estufada. Embalagem secundária de caixa de papelão reforçada, devidamente rotulada.

VALIDADE: validade mínima de 3 anos, a partir da data de entrega do produto.

SELETA DE LEGUMES – EMBALAGEM GRANDE

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: composição básica ervilha, batata, cenoura e água.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 1,7 a 2 kg de peso drenado, devidamente rotulado, de acordo com legislação vigente. Embalagem secundária de caixa de papelão rotulada, resistente e lacrada.

VALIDADE: validade mínima de 20 meses, a partir da data de entrega do produto.

SELETA DE LEGUMES – SACHÊ PEQUENO

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: composição básica ervilha, batata, cenoura e água.

EMBALAGEM: embalagem primária em sachê contendo 240 a 300 g de peso líquido, devidamente rotulado, de acordo com legislação vigente. Embalagem secundária em caixa de papelão rotulada, resistente e lacrada.

VALIDADE: validade mínima de 20 meses, a partir da data de entrega do produto.

TEMPERO INSTANTÂNEO - CALDO DE GALINHA / CARNE EM PÓ

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor e apresentar boa qualidade sensorial (sabor agradável, consistência, cor e odor característicos).

NÃO DEVE CONTER PIMENTA ENTRE OS INGREDIENTES.

EMBALAGEM: embalagem primária contendo 1 kg do produto, devidamente rotulada, conforme legislação vigente. Embalagem secundária original, reforçada, lacrada e devidamente rotulada conforme legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 10 meses, a partir da data de entrega do produto.

VINAGRE DE VINHO BRANCO

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: fermentado acético de vinho branco e água. Não apresentar sujidades, depósitos, parasitos.



EMBALAGEM: embalagem primária de frasco com conteúdo líquido de 750 ml, rotulado conforme legislação vigente. Embalagem secundária de caixa de papelão lacrada, resistente e rotulada conforme legislação vigente. **VALIDADE:** validade mínima de 20 meses, a partir da data de entrega do produto.

VINAGRE DE MAÇÃ

O produto deverá estar de acordo com a legislação em vigor.

INGREDIENTES: fermentado acético de maçã e água. Não apresentar sujidades, depósitos, parasitos.

EMBALAGEM: embalagem primária de frasco com conteúdo líquido de 750 ml, rotulado conforme legislação vigente. Embalagem secundária de caixa de papelão lacrada, resistente e rotulada conforme legislação vigente.

VALIDADE: validade mínima de 20 meses, a partir da data de entrega do produto.

CAFÉ EM GRÃOS TORRADOS EM PACOTE DE 1 KG

Expresso: Café 100% arábica, peneira 15 acima, catado eletronicamente, bebida dura, com nota superior a 78 pontos, até 30 defeitos,, tipo 2/3, aroma agradável, leve amargor, retrogosto suave, acidez leve, torra escura média, escala agrtron de 55 a 65. Prazo de validade das embalagens: 6 meses no máximo.

CAFÉ TORRADO E MOÍDO

Torrado e moído: Café 100% arábica, com no máximo 1% de impurezas (cascas), 1% de vazamento da peneira 10, até 30% de PVA (preto, verde e ardido), bebida dura, com até 900 defeitos, torra média escura e moagem média/fina, umidade no máximo 12%, livre de grãos podres, barrentos, com gosto de chorume, bebida riada, rio ou riozona.

Prazo de validade das embalagens: 6 meses no máximo.

As amostras dos itens café em grãos e moído **PODERÃO** ser avaliadas por Q-grader habilitado com certificado da classe e/ou na sede do Sindicafé em SP. O Sindicato da Indústria de Café do Estado de São Paulo, fundado em 1937, é a mais antiga organização representativa do setor no Brasil. Nesses 80 anos, estabeleceu um significativo histórico de campanhas pelo aumento do consumo interno, combate à fraude e de conquistas na redução da tributação do setor. Seu apoio foi fundamental para a criação, em 1973, da ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café. Está localizado desde 1988 no centro da capital paulista, em sede própria, contando com completa infraestrutura administrativa, sala de reuniões, auditório e modernas instalações laboratoriais. Além de atender às suas 90 empresas associadas, o Sindicafé – SP mantém e oferece ao mercado:

- CPC - Centro de Preparação de Café, que é uma verdadeira escola de difusão de conhecimentos e informações sobre o café e suas qualidades;
- GAC - Grupo de Avaliação de Café, composto por especialistas habilitados para a realização de análises físicas e diversas metodologias da análise sensorial, com produção de relatórios e laudos sobre a qualidade do café.



ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2.024 - PROCESSO Nº 3.985/2.024

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2.024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3.985/2.024

PROPOSTA COMERCIAL FINAL

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação, **Pregão Eletrônico nº. 07/2.024**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ. _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____ CEP: _____

TEL: _____ FAX: _____ E-MAIL: _____

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser mencionado na Proposta a quantidade, o preço unitário e o total por item e valor total da proposta, de acordo com o Anexo I do Edital.

COTA RESERVADA (ATÉ 25%)

Item	Qtde.	Unidade	Especificação (EXIGÊNCIAS MÍNIMAS)	Valor de Referência	
				Unitário	TOTAL
Valor total estimado da contratação <input type="checkbox"/>				R\$	

COTA PRINCIPAL (75%)

Item	Qtde.	Unidade	Especificação (EXIGÊNCIAS MÍNIMAS)	Valor de Referência	
				Unitário	TOTAL
Valor total estimado da contratação <input type="checkbox"/>				R\$	

Informações da Proposta:



Condições de pagamento: _____

Prazo e forma de execução dos serviços: _____

Prazo de validade da proposta: _____

Informações para Pagamento:

Dados Bancários para crédito eletrônico (DOC / TED):

Banco: _____ **Agência nº.:** _____ **Conta Corrente nº.:** _____

** Indicar no mínimo 01 (uma) conta corrente para efetivação do pagamento.*

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTIVA(MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2.024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3.985/2.024

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem DECLARAR, sob as penas da Lei, para fins de participação no processo licitatório em pauta, que:

- **INEXISTE** qualquer fato impeditivo à sua participação / habilitação na licitação citada, que não foi declarada impedida de licitar e/ou contratar com a Prefeitura do Município de Espírito Santo do Pinhal/SP;
- **NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA** para licitar ou contratar com a Administração Pública e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes;
- **ESTÁ CIENTE E CONCORDA** com as condições contidas no edital e seus anexos, bem, como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimentos dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- **Não** emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- **Não** possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- **CUMPRE** as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Se organizado em cooperativa, **CUMPRE** os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- **ESTÁ APTA** a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);



- **NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL** na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal/SP;
- **TOMOU CONHECIMENTO DO EDITAL** e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.
- A **PROPOSTA ECONÔMICA** compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas
- **É MICROEMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n. 123/06 e Lei Complementar n. 147/14, cujos termos conhece na íntegra, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório -Pregão Eletrônico, realizado pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal - S.P. e **usufruir o tratamento favorecido, em observância ao previsto no § 2º, art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.**

• Os documento eletrônicos devem ser enviados no e-mail _____, aos cuidados de _____.

Por ser verdade assina o presente.

....., de de 2.024.

LOCAL E DATA:
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ANEXO IV

CRONOGRAMA DE ENTREGA

MERENDA ESCOLAR

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

RUA WALDOMIRO JOSÉ BARBOSA S/Nº JARDIM DAS ROSAS

DATAS DE ENTREGA

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Chocolate em pó 32 % cacau	Kgs			100
Açúcar refinado – pacote de 1 kg	Kgs	300	300	300
Amido – pacote de 500 gramas	Kgs	60	60	60
Bolacha Maisena	Kgs		80	80
Bolacha Rosquinha	Kgs		100	100
Extrato de Tomate 1.100 g	Sachês		100	100
Farinha de Milho	Kgs			20
Farinha de Trigo (25KG)	Kgs	800	800	800
Farinha Láctea	Latas	80	60	60
Fermento químico em pó	Latas	48	48	48
Fubá	Kgs			40
Gelatina	Kgs	80	80	80
Leite Instantâneo	Kgs		300	300
Macarrão Ave Maria	Kgs		100	100
Macarrão parafuso	Kgs	100	100	100
Margarina sem sal – pote de 500 grs	Kgs	150	150	150
Molho de Tomate sachê	Sachês		200	200
Óleo	Frascos			500
Sal Refinado	Kgs	100	100	100
Tempero Instantâneo caldo de galinha	Kgs		20	20
Seleta	Latas	180	180	180
Orégano pct 200 grs	pct	40	40	40
Vinagre de vinho branco	Frascos		50	50



COZINHA COMUNITÁRIA

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

Rua Ricardo Rossatti nº. 150 – Vila São Pedro

DATAS DE ENTREGA

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Açúcar refinado 1 KG	Kgs	60	70	60
Amido de milho	Kgs	3	3	3
Arroz Agulhinha	Kgs	350	350	350
Aveia em flocos	Kgs	2	2	2
Bolacha Água e Sal	Kgs	4	4	4
bolacha maisena	Kgs	5	5	5
Bolacha rosquinha	Kgs	4	4	4
Chantilly em 200 ml	UND	3	3	3
Chocolate em pó 32 % cacau	Kgs	10	10	10
Colorau	Kgs	3	3	3
creme de leite	Und	10	10	10
Ervilha em conserva	Und	12	12	12
Farinha de Milho	Kgs	10	10	10
Farinha de Trigo (25 kg)	Kgs	50	25	25
Feijão	Kgs	110	110	110
Fermento em pó	Und	6	6	6
Fubá	Kgs		10	
Gelatina sabores diversos	Kgs	10	10	10
leite condensado	Und	12	12	12
Leite integral longa vida	Und	110	120	110
Leite Instantâneo	Kgs	10	10	10
Macarrão Padre Nosso	Kgs	10	10	10
Macarrão Parafuso	Kgs	10	10	10
Macarrão Spaghete	Kgs	10	10	10
MAIONESE DE 1ª QUALIDADE EM EMBALAGEM DE 2 KGS	UND	5	5	5
Margarina	Kgs	27	27	27
Milho de pipoca	Kgs	15		
Milho verde	Und	12	16	12
Molho de Tomate refogado de 1ª qualidade em embalagem de 3 a 4,1 kgs	UND	12	16	12
Molho de Tomate sachê	Und	10	10	10
Óleo	Und	120	120	120
Orégano pct 200 grs	Pct	10	5	5
Parmesão	Und	20	20	20



Sal	Kgs	25	25	25
Suco (uva, tangerina, morango) kg	Kgs	30	30	30
Tempero Pronto galinha	Kgs	2	2	2
Vinagre de maçã	Und	12	12	12

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

Av. Washington Luiz nº. 275 - JARDIM DAS ROSAS

OBS: SOLICITAMOS QUE AS EMBALAGENS DOS PRODUTOS SEJAM AS INFORMADAS ABAIXO

DATAS DE ENTREGA

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Açúcar refinado PCT 1 KG	KGS	300	300	300
Arroz agulhinha PCT 5 KGS	KGS	1500	1500	1500
Farinha de trigo tipo I de 1ª qualidade fortificada com ferro e ácido fólico em pacote de 1 Kgs.	KGS	300	300	300
Feijão tipo carioca de 1ª qualidade em pct de 500 GRS	KGS	300	300	300
Fubá mimoso de 1ª qualidade em pacote de 500 grs	KGS	300	300	300
Massa Alimentícia, de semola com ovos, tipo parafuso de 1ª qualidade, em pct de 500grs	KGS	200	200	200
Molho de Tomate refogado sache	UND	300	300	300
Óleo	UND	300	300	300
Sal refinado, iodado Tipo I, de 1ª qualidade em pct de 1 kg	KGS	300	300	300

FUNCIONÁRIOS EXTERNOS

LOCAL DE ENTREGA - MERENDA ESCOLAR

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

RUA WALDOMIRO JOSÉ BARBOSA S/Nº JARDIM DAS ROSAS

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Açúcar Refinado (1 kg)	Kgs	30	30	32
Farinha de Trigo (25 kg)	Kgs	300	300	325
Sal	Kgs	7	6	6
Óleo	Und	30	30	32
Margarina	Kgs	36	36	36



DEPARTAMENTOS

HORÁRIO DE ENTREGA: DAS 9:00 ÀS 16:00 HORAS

Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/nº Jardim Universitário I – Bloco G, ALMOXARIFADO

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Café em pó	Kgs	69	69	69
Açúcar Refinado (1kg)	Kgs	51	50	50
Açúcar Cristal (1 kg)	Kgs	6	5	5

SECRETARIA DE SAÚDE

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

RUA PINHEIRO MACHADO Nº. 135 - CENTRO

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Açúcar Cristal (5 kg)	Kgs	220	220	220
Café em pó	Kgs	64	64	64

SECRETARIA DE SAÚDE

LOCAL DE ENTREGA - MERENDA ESCOLAR

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

RUA WALDOMIRO JOSÉ BARBOSA S/Nº JARDIM DAS ROSAS

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Açúcar Refinado 1 KGS	Kgs	20	20	22
Farinha de trigo (25 kg)	Kgs	200	200	225
Óleo	Unidade	20	20	22
Sal	Kgs	5	5	3

SERVIÇOS E ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS DO DEP. DE PROMOÇÃO SOCIAL

LOCAL DE ENTREGA - MERENDA ESCOLAR

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

RUA WALDOMIRO JOSÉ BARBOSA S/Nº JARDIM DAS ROSAS

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Açúcar Refinado 1 KGS	Kgs	130	120	120
Farinha de trigo (25 kg)	Kgs	1100	1.100	1.100
Óleo	Unidade	84	82	82
Sal	Kgs	20	20	20



EMIP DITO FRANÇOSO

LOCAL DE ENTREGA - MERENDA ESCOLAR

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

RUA WALDOMIRO JOSÉ BARBOSA S/Nº JARDIM DAS ROSAS

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Açúcar Refinado (1 kg)	Kgs	5	5	3
Farinha de Trigo (25 kg)	Kgs	75	75	50
Sal	Kgs	1	1	2
Óleo	Und	5	4	4

MANHÃS DE LAZER

LOCAL DE ENTREGA - POLI ESPORTIVO JAYME DA SILVEIRA LEME

HORÁRIO DE ENTREGA: ATÉ ÀS 10:00 HORAS

PRAÇA LUIZ FRÓES S/N - CENTRO

Gêneros	Unidade	ABRIL/24	MAIO/24	JUNHO/24
Açúcar Cristal (1 kg)	Kgs	15	15	15



ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº

PROCESSO:

OBJETO: FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO:

Termo de Contrato que entre si celebram o Município de Espírito Santo do Pinhal, por meio do Departamento de Administração e a empresa

O **MUNICÍPIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL**, por seu Departamento de Administração, neste ato, nos termos do Decreto Municipal nº. 5.699, de 01 de junho de 2.023, representado pela Sra. Diretora do Departamento de Administração, LÍVIA MARIA COIMBRA NOVAES RIBEIRO DA CUNHA, portadora do CPF nº 184.264.958-26 e RG nº 22.480.677-4, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa, com sede na, nº, Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO PARCELADO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1.1 - Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		.	E.	O (R\$)	L (R\$)



1					
2					
3					
...					

1.2 - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1** - O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.2.2** - O Edital de Licitação, Pregão Eletrônico nº ___/2.024;
- 1.2.3** - A Proposta do Contratado, e;
- 1.2.4** - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 - O prazo de vigência da contratação será até ___/___/2.024, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1- O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, constante no Edital de Pregão Eletrônico nº ___/2.024.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - Os pagamentos do objeto deste contrato, serão efetuados 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal no Almojarifado Central do Centro Administrativo Municipal e de acordo com a liberação da fiscalização do Departamento de Finanças.

5.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 - O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.4 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (IBGE) de correção monetária, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata temporis" em relação ao atraso verificado.

5.5 - Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.



5.6 - O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.6.1 - o prazo de validade;

5.6.2 - a data da emissão;

5.6.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;

5.6.4 - o período respectivo de execução do contrato;

5.6.5 - o valor a pagar; e

5.6.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.7 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.8 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.9 - Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.10 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.12 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.13 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14 - Independentemente do percentual de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



5.15 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 - São obrigações do Contratante:

6.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

6.7 - Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

6.8 - Cientificar o Departamento Jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.10 - Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.11 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando aplicável.

6.12 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.2 - Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



7.1.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.1.6 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante; Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.1.7 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.1.8 - Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.9 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

7.1.10 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

7.1.11 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

7.1.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.1.13 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.1.14 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

7.1.15 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;



7.1.16 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.17 - Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

7.1.18 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART.92, XIV)

9.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

9.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

9.1.9 - fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

9.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

9.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);



9.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

9.2.4 - Multa:

- i - moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
- ii - compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3 - O atraso superior a 07 (sete) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal nº14.133, de 2021.

9.4 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

9.5 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.6 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

9.7 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.8 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

9.10.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.10.2 - as peculiaridades do caso concreto;

9.10.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.10.4 - os danos que dela provierem para o Contratante;

9.10.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



9.11 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.12 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

9.13 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

9.14 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART.92, XIX)

10.1 - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.1 - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3 - A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.3.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.4 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



10.4.3 - Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART.92, VIII)

11.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Espírito Santo do Pinhal deste exercício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS (ART.92, III)

12.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2 - O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Fica eleito o Foro de Espírito Santo do Pinhal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

Espírito Santo do Pinhal, de..... de 20.....





Depto. de
Administração

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



[/prefeituramunicipaldeespiritosantodopinhal](https://www.pinhall.sp.gov.br/)

Av. Hélio Vergueiro Leite, S/Nº - Jardim Universitário - Centro Administrativo
CEP 13990-000 - Espírito Santo do Pinhal - SP

ANEXO VI

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO Nº ___/2023.

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCE/SP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2021, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Espírito Santo do Pinhal, ___ de _____ de 2023.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:





Depto. de
Administração

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:

GESTOR(A) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura:



/prefeituramunicipaldeespiritosantodopinhal

Av. Hélio Vergueiro Leite, S/Nº - Jardim Universitário - Centro Administrativo
CEP 13990-000 - Espírito Santo do Pinhal - SP